

**Esclarecimento 27/07/2022 17:38:25**

Curitiba, 26 de julho de 2022. AO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULDEMINAS Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022 Processo nº 23343.001701.2022-02 Prezados Senhores, Com relação ao edital em referência, solicitamos os seguintes esclarecimentos: 1) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento;”. Entendemos que deverá ser fornecido TPM 2.0 integrado a placa principal, sendo aceito TPM 2.0 discreto (chip soldado na motherboard) ou TPM 2.0 integrado ao chipset o qual é soldado na motherboard no caso de solução Intel PTT. Para o Windows, por exemplo, não há vantagem funcional ou desvantagem em qualquer das opções, pois do ponto de vista de segurança, tanto o discreto quanto o integrado compartilham as mesmas características. Desta forma, entendemos que será aceito TPM 2.0 integrado a placa-mãe, seja discreto ou integrado ao chipset (Intel PTT), já que os dois oferecem as mesmas funções e características para os sistemas operacionais. Está correto nosso entendimento? 2) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Mínimo de 2 (duas) saídas de vídeo, sendo 01 (uma) padrão Displayport e 01 (uma) HDMI integradas a placa mãe.”. Para que não haja restrição na participação de licitantes no certame e para que haja maior competitividade e consequentemente maior economia a Administração Pública, solicitamos esclarecer: a) Entendemos que será aceito equipamento com duas saídas de vídeo digitais, sendo uma HDMI e uma DVI, e uma terceira saída VGA. Está correto nosso entendimento? b) Caso nosso entendimento não esteja correto, entendemos que será aceito equipamento com 2 (duas) saídas de vídeo HDMI sendo uma delas via adaptador de vídeo DVI para HDMI. Está correto nosso entendimento? 3) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.12 Garantia e Suporte, solicita que: “Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração;”. Cada fabricante desenvolve ferramenta de diagnóstico para verificar e monitorar a saúde do hardware crítico para funcionamento dos equipamentos. Sendo assim alguns itens citados já estão sendo monitorados pelo BIOS ou correlacionados a outros componentes que são monitorados pela ferramenta de diagnóstico. Considerando que o próprio sistema operacional solicitado já possui nativamente testes/diagnósticos para esses itens e correções de problemas, para que um número maior de empresas possa participar deste certame e desta forma possa obter a proposta mais vantajosa de menor preço, entendemos que serão aceitos equipamentos que possuem sistema integrado de diagnóstico que permita verificar a saúde do sistema através do BIOS em modo gráfico, capaz de verificar os itens acima citados sendo que para o componente unidade óptica, por se tratar de um item não crítico para o funcionamento dos equipamentos, o mesmo pode ser considerado desejável, mas não obrigatório. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor esclarecer. 4) Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer: a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ativação) dos equipamentos. Entendemos que a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a embalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento? b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, solicitamos esclarecer como se desenvolverão os trabalhos. Informar o prazo para instalação, o horário e os dias em que as instalações deverão ocorrer. 5) Com intuito garantir o cumprimento do SLA e minimizar os custos para a CONTRATANTE, entendemos que o atendimento de reparo nos equipamentos no período da garantia será no mesmo local da entrega, ou seja, dentro dos limites das cidades descritas no arquivo 3.Anexo_01 do Anexo I_TR. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto favor esclarecer. 6) Por questões de sigilo e segurança, alguns clientes optam pela retenção da unidade de armazenamento, na eventualidade de uma falha durante o período de garantia, quando o suporte técnico precisa trocar a unidade defeituosa. Como não encontramos no Edital e anexos, referências quanto a retenção, entendemos que a licitante não irá reter a unidade de armazenamento, nos casos de atendimento técnico durante o período de garantia. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário favor esclarecer. 7) Considerando as disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)? Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário. Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018. 8) Entendemos que a proposta cadastrada no Sistema Eletrônico poderá possuir valor acima do estimado pelo IFSULDEMINAS, que a mesma não será desclassificada por preço antes da fase de lances. Está correto o nosso entendimento? 1) No item 6.5 do edital menciona: “O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação”. Entendemos que devemos considerar o prazo de validade da proposta de preços, de 60 (sessenta) dias, como prevê o art. 64, §3º da Lei 8666/93: “§ 3º que menciona: “Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos”. Está correto nosso entendimento? 9) No item 5 do Edital - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 6.1 menciona: “Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação”. Entendemos que no momento do cadastro da proposta no portal eletrônico, as empresas deverão anexar os documentos de habilitação e a proposta de preços no modelo do Anexo III do edital, bem como os demais documentos técnicos como: catálogos, certificados, etc. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer. 2) No item 6 do edital – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, subitem 6.1.4 menciona: “Descrição detalhada do objeto, contendo as

informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso". Entendemos que, devido ao limite de caracteres no campo descrição detalhada do objeto ofertado no site do comprasnet, ao cadastrarmos a proposta, podemos apenas apresentar a marca, modelo e fabricante no campo específico do comprasnet, e uma especificação resumida do objeto licitado no campo descrição detalhada do objeto ofertado, sendo que a descrição completa já está sendo anexada no portal no momento do cadastro. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor especificar como deve ser a descrição do objeto. 3) No Anexo I – Termo de Referência, item 7.4 – Das Sanções Administrativas, temos que: "0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, observado antes os termos do nível de serviço. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença". Considerando que a finalidade da penalidade nos contratos administrativos visa coibir o descumprimento por parte da Contratada das responsabilidades pactuadas e não o locupletamento dos cofres públicos, entendemos que devem ser adotados na aplicação das penalidades os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação. Nesse sentido, entendemos que para os casos de haver multas, estas devem ser aplicadas no percentual de 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) ao dia sobre o valor do equipamento em atraso e não sobre o adjudicado. Nosso entendimento está correto? 10) Os fabricantes de computadores, assim como as demais empresas com produção nacional, estão inseridos no cenário macroeconômico do país, bem como na economia mundial. Os microcomputadores possuem boa parte de seus componentes internos cotados em dólar. Até mesmo os componentes nacionais, cotados em reais, tem relação direta com a moeda americana, pois, estes itens são constituídos de componentes eletrônicos, como semi-condutores, transistores, circuitos integrados, nanocircuitos, microprocessadores etc, e estes são majoritariamente produzidos na Ásia. Como é de conhecimento comum, a moeda corrente utilizada em transações comerciais internacionais é o dólar. Assim, de uma forma ou de outra, a matéria-prima para produção de microcomputadores sofre alto impacto com a variação do dólar. Considerando que o edital em questão é uma ata de registro de preços de 12 meses, será uma tarefa extremamente desafiadora prever com exatidão o comportamento do dólar durante a vigência do contrato. Diante disso, sabendo que o dólar sofre variações por diversos motivos, desde políticas internas de países com grande peso econômico até intempéries ambientais e que dificilmente um órgão do governo aceita uma solicitação de reequilíbrio econômico em função da variação cambial, os fabricantes, com o intuito de cumprir seus contratos e conseguir manter suas margens de atuação em patamares viáveis, acabam por recorrer a ferramentas de proteção cambial. Porém, essas ferramentas dependem de informações sobre os fornecimentos. Quantidades e previsão de quando os fornecimentos ocorrerão são muito importantes. Quanto menor o nível das informações obtidas, mais impreciso é o resultado e, como consequência, maiores são os prejuízos, tanto para a empresa, que ao adotar medidas de proteção com base em estimativas imprecisas encarece seus produtos, quanto para o órgão, que acaba por comprar um produto mais caro. Assim sendo, tendo em vista o auxílio mútuo, solicitamos informações a respeito do fornecimento ao órgão, com estimativas de quantidade de máquinas por pedido e quando esses pedidos serão colocados, contemplando a quantidade a ser efetivamente adquirida da ata e garantindo assim maior economicidade por parte do órgão, bem como sucesso no fornecimento da ata e concretização do contrato. 4) Conforme Art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 "A licitação é pública e toda e qualquer informação a respeito dela também deve ser pública." E ainda no mesmo artigo "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas." Diante do exposto solicitamos os seguintes esclarecimentos: a. Entendemos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital serão publicadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Nosso entendimento está correto? b. Caso o entendimento anterior não esteja correto, solicitamos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital sejam enviadas nos e-mails: scsouza@positivo.com.br e fgomes@positivo.com.br. Quaisquer informações sobre os questionamentos deverão ser dirigidas à Analista de Propostas Sheila Souza e a Analista Técnica Francini Gomes, nos e-mails: scsouza@positivo.com.br e fgomes@positivo.com.br. Atenciosamente, POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Fechar

**Resposta 27/07/2022 17:38:25**

OFICIO Nº105/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS 27 de julho de 2022 Ao Senhor Marco Antônio de Melo Coordenador Geral Coordenadoria Geral de Compras Públicas IFSULDEMINAS Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pouso Alegre, Pouso Alegre - MG, CEP 37.53-465 Assunto: resposta ao questionamento número 17 da licitante POSITIVO quanto ao pregão 11/2022, em carta enviada em 26/07/22. Senhor Coordenador, Seguem respostas aos questionamentos formalizados pela licitante POSITIVO através de carta de 26/07/22: Pedido de esclarecimento nº 17 Questionamento 01: No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento;”. Entendemos que deverá ser fornecido TPM 2.0 integrado a placa principal, sendo aceito TPM 2.0 discreto (chip soldado na motherboard) ou TPM 2.0 integrado ao chipset o qual é soldado na motherboard no caso de solução Intel PTT. Para o Windows, por exemplo, não há vantagem funcional ou desvantagem em qualquer das opções, pois do ponto de vista de segurança, tanto o discreto quanto o integrado compartilham as mesmas características. Desta forma, entendemos que será aceito TPM 2.0 integrado a placa-mãe, seja discreto ou integrado ao chipset (Intel PTT), já que os dois oferecem as mesmas funções e características para os sistemas operacionais. Está correto nosso entendimento? Resposta: Entendimento correto. Para todos os efeitos o chip de segurança padrão TPM 2.0 deve estar integrado à placa principal (motherboard), sendo em chip específico ou como parte do chipset Questionamento 02: No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Mínimo de 2 (duas) saídas de vídeo, sendo 01 (uma) padrão Displayport e 01 (uma) HDMI integradas a placa mãe.”. Para que não haja restrição na participação de licitantes no certame e para que haja maior competitividade e consequentemente maior economia a Administração Pública, solicitamos esclarecer: a) Entendemos que será aceito equipamento com duas saídas de vídeo digitais, sendo uma HDMI e uma DVI, e uma terceira saída VGA. Está correto nosso entendimento? b) Caso nosso entendimento não esteja correto, entendemos que será aceito equipamento com 2 (duas) saídas de vídeo HDMI sendo uma delas via adaptador de vídeo DVI para HDMI. Está correto nosso entendimento? Resposta: Tanto o entendimento a) quanto o b) estão incorretos. Além dos padrões HDMI e DISPLAYPORT serem padrões de mercado, o que não limita a concorrência, deve-se considerar que os monitores solicitados no pregão, itens 3 e 41, requerem portas DISPLAYPORT e VGA. Neste caso, a licitante deseja afastar a exigência de porta DISPLAYPORT do item questionado tornando-o incompatível com os citados monitores. Questionamento 03: No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.12 Garantia e Suporte, solicita que: “Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e ‘hotfixes’ de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração;”. Cada fabricante desenvolve ferramenta de diagnóstico para verificar e monitorar a saúde do hardware crítico para funcionamento dos equipamentos. Sendo assim alguns itens citados já estão sendo monitorados pelo BIOS ou correlacionados a outros componentes que são monitorados pela ferramenta de diagnóstico. Considerando que o próprio sistema operacional solicitado já possui nativamente testes/diagnósticos para esses itens e correções de problemas, para que um número maior de empresas possa participar deste certame e desta forma possa obter a proposta mais vantajosa de menor preço, entendemos que serão aceitos equipamentos que possuem sistema integrado de diagnóstico que permita verificar a saúde do sistema através do BIOS em modo gráfico, capaz de verificar os itens acima citados sendo que para o componente unidade óptica, por se tratar de um item não crítico para o funcionamento dos equipamentos, o mesmo pode ser considerado desejável, mas não obrigatório. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor esclarecer. Resposta: Entendimento correto. Todavia, deverão ser comprovadas as funcionalidades de diagnóstico no sistema integrado de monitoramento de hardware e software através de documentação pertinente. Questionamento 04: Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer: a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ativação) dos equipamentos. Entendemos que a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento? b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, solicitamos esclarecer como se desenvolverão os trabalhos. Informar o prazo para instalação, o horário e os dias em que as instalações deverão ocorrer. Resposta: As instalações de equipamentos são de responsabilidade da contratante. Questionamento 05: Com intuito garantir o cumprimento do SLA e minimizar os custos para a CONTRATANTE, entendemos que o atendimento de reparo nos equipamentos no período da garantia será no mesmo local da entrega, ou seja, dentro dos limites das cidades descritas no arquivo 3.Anexo_01 do Anexo_I_TR. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto favor esclarecer. Resposta: Entendimento correto. Questionamento 06: Por questões de sigilo e segurança, alguns clientes optam pela retenção da unidade de armazenamento, na eventualidade de uma falha durante o período de garantia, quando o suporte técnico precisa trocar a unidade defeituosa. Como não encontramos no Edital e anexos, referências quanto a retenção, entendemos que a licitante não irá reter a unidade de armazenamento, nos casos de atendimento técnico durante o período de garantia. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário favor esclarecer. Resposta: Entendimento correto, a contratante reterá unidades de armazenamento. Questionamento 9.3: No Anexo I – Termo de Referência, item 7.4 – Das Sanções Administrativas, temos que: “0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, observado antes os termos do nível de serviço. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença”. Considerando que a finalidade da penalidade nos contratos administrativos visa coibir o descumprimento por parte da Contratada das responsabilidades pactuadas e não o locupletamento dos cofres públicos, entendemos que devem ser adotados na aplicação das penalidades os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação. Nesse sentido, entendemos que para os casos de haver multas, estas devem ser aplicadas no percentual de 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) ao dia sobre o valor do equipamento em atraso e não sobre o adjudicado. Nosso entendimento está correto? Resposta: Entendimento correto, tendo em vista a natureza do processo de registro de preços que se traduz na expectativa de contratação podendo ser,

inclusive, em quantidades parciais. Prezado sr. fornecedor, Boa tarde! Consultado o(s) setor(es) responsável(is), obtivemos as respostas às indagações que nos foram encaminhadas. Em anexo, enviamos o seguinte documento: OFÍCIO Nº 105/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que consigna as respostas aos questionamentos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 9.3. Respostas aos demais questionamentos: 7) Considerando as disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)? Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário. Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018. Resposta: Sim, sr. fornecedor. Referida lei é observada por esta Administração. Faz-se ressalva no ponto em que se menciona "que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório", pois todas as interações entre este ente licitante e os disponente se dão exclusivamente pela ambiente de contratações públicas (Gov.br). 8) Entendemos que a proposta cadastrada no Sistema Eletrônico poderá possuir valor acima do estimado pelo IFSULDEMINAS, que a mesma não será desclassificada por preço antes da fase de lances. Está correto o nosso entendimento? Resposta: Sim, sr. f

Fechar

Curitiba, 26 de julho de 2022.

AO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS
GERAIS – IFSULDEMINAS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022
Processo nº 23343.001701.2022-02

Prezados Senhores,

Com relação ao edital em referência, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

- 1) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: ***“Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento;”***. Entendemos que deverá ser fornecido TPM 2.0 integrado a placa principal, sendo aceito TPM 2.0 discreto (chip soldado na motherboard) ou TPM 2.0 integrado ao chipset o qual é soldado na motherboard no caso de solução Intel PTT. Para o Windows, por exemplo, não há vantagem funcional ou desvantagem em qualquer das opções, pois do ponto de vista de segurança, tanto o discreto quanto o integrado compartilham as mesmas características. Desta forma, entendemos que será aceito TPM 2.0 integrado a placa-mãe, seja discreto ou integrado ao chipset (Intel PTT), já que os dois oferecem as mesmas funções e características para os sistemas operacionais. Está correto nosso entendimento?
- 2) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: ***“Mínimo de 2 (duas) saídas de vídeo, sendo 01 (uma) padrão Displayport e 01 (uma) HDMI integradas a placa mãe.”***. Para que não haja restrição na participação de licitantes no certame e para que haja maior competitividade e consequentemente maior economia a Administração Pública, solicitamos esclarecer:
 - a) Entendemos que será aceito equipamento com duas saídas de vídeo digitais, sendo uma HDMI e uma DVI, e uma terceira saída VGA. Está correto nosso entendimento?
 - b) Caso nosso entendimento não esteja correto, entendemos que será aceito equipamento com 2 (duas) saídas de vídeo HDMI sendo uma delas via adaptador de vídeo DVI para HDMI. Está correto nosso entendimento?
- 3) No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.12 Garantia e Suporte, solicita que: ***“Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as***

informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração;". Cada fabricante desenvolve ferramenta de diagnóstico para verificar e monitorar a saúde do hardware crítico para funcionamento dos equipamentos. Sendo assim alguns itens citados já estão sendo monitorados pelo BIOS ou correlacionados a outros componentes que são monitorados pela ferramenta de diagnóstico. Considerando que o próprio sistema operacional solicitado já possui nativamente testes/diagnósticos para esses itens e correções de problemas, para que um número maior de empresas possa participar deste certame e desta forma possa obter a proposta mais vantajosa de menor preço, entendemos que serão aceitos equipamentos que possuem sistema integrado de diagnóstico que permita verificar a saúde do sistema através do BIOS em modo gráfico, capaz de verificar os itens acima citados sendo que para o componente unidade óptica, por se tratar de um item não crítico para o funcionamento dos equipamentos, o mesmo pode ser considerado desejável, mas não obrigatório. Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor esclarecer.

- 4) Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer:
 - a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ativação) dos equipamentos. Entendemos que a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento?
 - b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, solicitamos esclarecer como se desenvolverão os trabalhos. Informar o prazo para instalação, o horário e os dias em que as instalações deverão ocorrer.
- 5) Com intuito garantir o cumprimento do SLA e minimizar os custos para a CONTRATANTE, entendemos que o atendimento de reparo nos equipamentos no período da garantia será no mesmo local da entrega, ou seja, dentro dos limites das cidades descritas no arquivo **3.Anexo_01 do Anexo_I_TR**. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto favor esclarecer.
- 6) Por questões de sigilo e segurança, alguns clientes optam pela retenção da unidade de armazenamento, na eventualidade de uma falha durante o período de garantia, quando o suporte técnico precisa trocar a unidade defeituosa. Como não encontramos no Edital e anexos, referências quanto a retenção, entendemos que a licitante não irá reter a unidade de armazenamento, nos casos de atendimento técnico durante o período de garantia. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário favor esclarecer.
- 7) Considerando as disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)?

Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário.

Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018.

- 8) Entendemos que a proposta cadastrada no Sistema Eletrônico poderá possuir valor acima do estimado pelo IFSULDEMINAS, que a mesma não será desclassificada por preço antes da fase de lances. Está correto o nosso entendimento?
- 1) No item 6.5 do edital menciona: ***“O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação”***. Entendemos que devemos considerar o prazo de validade da proposta de preços, de 60 (sessenta) dias, como prevê o art. 64, §3º da Lei 8666/93: “§ 3º que menciona: “Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos”. Está correto nosso entendimento?
- 9) No item 5 do Edital - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 6.1 menciona: ***“Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação”***. Entendemos que no momento do cadastro da proposta no portal eletrônico, as empresas deverão anexar os documentos de habilitação e a proposta de preços no modelo do Anexo III do edital, bem como os demais documentos técnicos como: catálogos, certificados, etc. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer.
- 2) No item 6 do edital – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, subitem 6.1.4 menciona: ***“Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso”***. Entendemos que, devido ao limite de caracteres no campo descrição detalhada do objeto ofertado no site do comprasnet, ao cadastrarmos a proposta, podemos apenas apresentar a marca, modelo e fabricante no campo específico do comprasnet, e uma especificação resumida do objeto licitado no campo descrição detalhada do objeto ofertado, sendo que a descrição completa já está sendo anexada no portal no momento do cadastro. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor especificar como deve ser a descrição do objeto.
- 3) No Anexo I – Termo de Referência, item 7.4 – Das Sanções Administrativas, temos que: ***“0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, observado antes os termos do nível de serviço. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença”***. Considerando que a finalidade da

penalidade nos contratos administrativos visa coibir o descumprimento por parte da Contratada das responsabilidades pactuadas e não o locupletamento dos cofres públicos, entendemos que devem ser adotados na aplicação das penalidades os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação. Nesse sentido, entendemos que para os casos de haver multas, estas devem ser aplicadas no percentual de 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) ao dia sobre o valor do equipamento em atraso e não sobre o adjudicado. Nosso entendimento está correto?

- 10) Os fabricantes de computadores, assim como as demais empresas com produção nacional, estão inseridos no cenário macroeconômico do país, bem como na economia mundial. Os microcomputadores possuem boa parte de seus componentes internos cotados em dólar. Até mesmo os componentes nacionais, cotados em reais, tem relação direta com a moeda americana, pois, estes itens são constituídos de componentes eletrônicos, como semi-condutores, transistores, circuitos integrados, nanocircuitos, microprocessadores etc, e estes são majoritariamente produzidos na Ásia. Como é de conhecimento comum, a moeda corrente utilizada em transações comerciais internacionais é o dólar. Assim, de uma forma ou de outra, a matéria-prima para produção de microcomputadores sofre alto impacto com a variação do dólar.

Considerando que o edital em questão é uma ata de registro de preços de 12 meses, será uma tarefa extremamente desafiadora prever com exatidão o comportamento do dólar durante a vigência do contrato. Diante disso, sabendo que o dólar sofre variações por diversos motivos, desde políticas internas de países com grande peso econômico até intempéries ambientais e que dificilmente um órgão do governo aceita uma solicitação de reequilíbrio econômico em função da variação cambial, os fabricantes, com o intuito de cumprir seus contratos e conseguir manter suas margens de atuação em patamares viáveis, acabam por recorrer a ferramentas de proteção cambial. Porém, essas ferramentas dependem de informações sobre os fornecimentos. Quantidades e previsão de quando os fornecimentos ocorrerão são muito importantes. Quanto menor o nível das informações obtidas, mais impreciso é o resultado e, como consequência, maiores são os prejuízos, tanto para a empresa, que ao adotar medidas de proteção com base em estimativas imprecisas encarece seus produtos, quanto para o órgão, que acaba por comprar um produto mais caro.

Assim sendo, tendo em vista o auxílio mútuo, solicitamos informações a respeito do fornecimento ao órgão, com estimativas de quantidade de máquinas por pedido e quando esses pedidos serão colocados, contemplando a quantidade a ser efetivamente adquirida da ata e garantindo assim maior economicidade por parte do órgão, bem como sucesso no fornecimento da ata e concretização do contrato.

- 4) Conforme Art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 ***“A licitação é pública e toda e qualquer informação a respeito dela também deve ser pública.”*** E ainda no mesmo artigo ***“Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.”*** Diante do exposto solicitamos os seguintes esclarecimentos:

- a. Entendemos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital serão publicadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Nosso entendimento está correto?

- b. Caso o entendimento anterior não esteja correto, solicitamos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital sejam enviadas nos e-mails: scsouza@positivo.com.br e fgomes@positivo.com.br.

Quaisquer informações sobre os questionamentos deverão ser dirigidas à Analista de Propostas Sheila Souza e a Analista Técnica Francini Gomes, nos e-mails: scsouza@positivo.com.br e fgomes@positivo.com.br.

Atenciosamente,

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.



Setor de Licitações (Reitoria) <licitacao@ifsuldeminas.edu.br>

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IFMG / MG - PE 11/2022 ABERTURA: 29/07/2022

2 mensagens

Francini Gomes De Oliveira <fgomes@positivo.com.br>

26 de julho de 2022 18:57

Para: "licitacao@ifsuldeminas.edu.br" <licitacao@ifsuldeminas.edu.br>

Cc: Sheila Cristina De Souza <scsouza@positivo.com.br>, Álvaro Lassance <lassance@sidercom.com.br>, Violeta Cruz <violeta@sidercom.com.br>

AO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – IFSULMINAS

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2022

PROCESSO nº 23343.001701.2022-02

Prezados Senhores,

POSITIVO TECNOLOGIA S/A, pessoa jurídica de direito privado, para fins de participação na licitação em referência, requer esclarecimentos conforme arquivo em anexo.

Desde já agradecemos a atenção dispensada.

Favor confirmar o recebimento deste,

Atenciosamente,

SHEILA CRISTINA DE SOUZA*Analista de Propostas*

Comercial Governo

Positivo Tecnologia S.A.

✉ scsouza@positivo.com.br

☎ 41 2118-7492

www.positivotecnologia.com.br

**TECNOLOGIA PARA
IMPULSIONAR VIDAS**

Esta mensagem pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a recebê-la, não deve usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada no seu conteúdo, devendo informar ao remetente e eliminar a mensagem definitivamente de seu sistema. A Positivo Tecnologia busca garantir os mais altos níveis de integridade corporativa e ética em suas atividades, disponibilizando a todos o Canal Aberto, por meio do qual qualquer pessoa pode relatar possíveis violações às políticas da empresa, leis e regulamentos. O Canal Aberto pode ser acessado de forma anônima, a qualquer momento, pelo site www.positivotecnologia.com.br/canalaberto ou pelo telefone 0800 724 8337.

**COM-AT - ESCLARECIMENTOS.PDF**
480K**Setor de Licitações (Reitoria)** <licitacao@ifsuldeminas.edu.br>

27 de julho de 2022 17:31

Para: Francini Gomes De Oliveira <fgomes@positivo.com.br>

Cc: Sheila Cristina De Souza <scsouza@positivo.com.br>, Álvaro Lassance <lassance@sidercom.com.br>, Violeta Cruz <violeta@sidercom.com.br>

Prezado sr. fornecedor,

Boa tarde!

Consultado o(s) setor(es) responsável(is), obtivemos as respostas às indagações que nos foram encaminhadas.

Em **anexo**, enviamos o seguinte documento: OFÍCIO Nº 105/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS, que consigna as respostas aos questionamentos 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 9.3.

Respostas aos demais questionamentos:

7) Considerando as disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)? Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário. Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018.

Resposta: Sim, sr. fornecedor. Referida lei é observada por esta Administração. Faz-se ressalva no ponto em que se menciona "que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório", pois todas as interações entre este ente licitante e os disputante se dão exclusivamente pela ambiente de contratações públicas (Gov.br).

8) Entendemos que a proposta cadastrada no Sistema Eletrônico poderá possuir valor acima do estimado pelo IFSULDEMINAS, que a mesma não será

desclassificada por preço antes da fase de lances. Está correto o nosso entendimento?

Resposta: Sim, sr. fornecedor. Após a fase de lances, se o valor ofertado ainda estiver acima do valor estimado, e se o fornecedor não aceitar reduzi-lo para alguém deste, haverá a recusa da proposta.

1) No item 6.5 do edital menciona: "O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação".

Entendemos que devemos considerar o prazo de validade da proposta de preços, de 60 (sessenta) dias, como prevê o art. 64, §3º da Lei 8666/93: "§ 3º que menciona: "Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos". Está correto nosso entendimento?

Resposta: Entendimento errado. Informamos que a fixação do prazo de validade das propostas se insere no campo de exercício do poder discricionário da Administração. O decreto regulamentador da licitação na modalidade de pregão, sob a forma eletrônica (Decreto nº 10.024/2019), estabelece, no § 3º de seu art. 38, que " [o] prazo de validade das propostas será de sessenta dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital"; por seu turno, a lei que regula a licitação na modalidade de pregão (Lei nº 10.520/2002) estatui que "[o] prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital". É dizer: à Administração é lícito fixar prazos diversos de validade de propostas, a depender da complexidade da licitação ou das peculiaridades do objeto contratual. Para além disso, as propostas e seus correspondentes valores serão materializadas em ata de registro de preços, que terá vigência, desde a sua assinatura, por 12 (doze) meses.

9) No item 5 do Edital - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, subitem 6.1 menciona: "Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação". Entendemos que no momento do cadastro da proposta no portal eletrônico, as empresas deverão anexar os documentos de habilitação e a proposta de preços no modelo do Anexo III do edital, bem como os demais documentos técnicos como: catálogos, certificados, etc. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer.

Resposta: Correto.

2) No item 6 do edital – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, subitem 6.1.4 menciona: "Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do TERMO DE REFERÊNCIA DE SOLUÇÃO DE TIC: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso". Entendemos que, devido ao limite de caracteres no campo descrição detalhada do objeto ofertado no site do comprasnet, ao cadastrarmos a proposta, podemos apenas apresentar a marca, modelo e fabricante no campo específico do comprasnet, e uma especificação resumida do objeto licitado no campo descrição detalhada do objeto ofertado, sendo que a descrição completa já está sendo anexada no portal no momento do cadastro. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor especificar como deve ser a descrição do objeto.

Resposta: Correto, sr. fornecedor. Observa-se que eventual descrição/especificação resumida deve ser bastante a identificar adequadamente o objeto da licitação.

0) Os fabricantes de computadores, assim como as demais empresas com produção nacional, estão inseridos no cenário macroeconômico do país, bem como na economia mundial. Os microcomputadores possuem boa parte de seus componentes internos cotados em dólar. Até mesmo os componentes nacionais, cotados em reais, tem relação direta com a moeda americana, pois, estes itens são constituídos de componentes eletrônicos, como semi-condutores, transistores, circuitos integrados, nanocircuitos, microprocessadores etc, e estes são

majoritariamente produzidos na Ásia. Como é de conhecimento comum, a moeda corrente utilizada em transações comerciais internacionais é o dólar. Assim, de uma forma ou de outra, a matéria-prima para produção de microcomputadores sofre alto impacto com a variação do dólar. Considerando que o edital em questão é uma ata de registro de preços de 12 meses, será uma tarefa extremamente desafiadora prever com exatidão o comportamento do dólar durante a vigência do contrato. Diante disso, sabendo que o dólar sofre variações por diversos motivos, desde políticas internas de países com grande peso econômico até intempéries ambientais e que dificilmente um órgão do governo aceita uma solicitação de reequilíbrio econômico em função da variação cambial, os fabricantes, com o intuito de cumprir seus contratos e conseguir manter suas margens de atuação em patamares viáveis, acabam por recorrer a ferramentas de proteção cambial. Porém, essas ferramentas dependem de informações sobre os fornecimentos. Quantidades e previsão de quando os fornecimentos ocorrerão são muito importantes. Quanto menor o nível das informações obtidas, mais impreciso é o resultado e, como consequência, maiores são os prejuízos, tanto para a empresa, que ao adotar medidas de proteção com base em estimativas imprecisas encarece seus produtos, quanto para o órgão, que acaba por comprar um produto mais caro. Assim sendo, tendo em vista o auxílio mútuo, solicitamos informações a respeito do fornecimento ao órgão, com estimativas de quantidade de máquinas por pedido e quando esses pedidos serão colocados, contemplando a quantidade a ser efetivamente adquirida da ata e garantindo assim maior economicidade por parte do órgão, bem como sucesso no fornecimento da ata e concretização do contrato.

Resposta: Sr. fornecedor, é da essência do registro de preços a impossibilidade de se saber de antemão o quantitativo a ser demandado ao longo da vigência da ata de registro de preços.

4) Conforme Art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 “A licitação é pública e toda e qualquer informação a respeito dela também deve ser pública.” E ainda no mesmo artigo “Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.” Diante do exposto solicitamos os seguintes esclarecimentos: a. Entendemos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital serão publicadas no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>. Nosso entendimento está correto?

Resposta: Sim, todos os pedidos de esclarecimentos estão publicados no ambiente de divulgação de contratações públicas, para irrestrito acesso.

b. Caso o entendimento anterior não esteja correto, solicitamos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital sejam enviadas nos e-mails: scsouza@positivo.com.br e fgomes@positivo.com.br.

Resposta: As respostas são enviadas ao e-mail constante como remetente e aos que estejam em cópia.

Colocamo-nos à disposição.

JOÃO CARLOS FERREIRA

[Texto das mensagens anteriores oculto]

--

Coordenadoria-Geral de Contratações Públicas
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - Reitoria
Avenida Vicente Simões, 1.111, Bairro Nova Pousa Alegre
Pousa Alegre - MG CEP: 37.553-465
Fone: 55(35) 3449-6150



Esta mensagem, incluindo seus anexos, tem caráter confidencial e seu conteúdo é restrito aos destinatários. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, queira por favor apagá-la de seus arquivos. Qualquer uso não autorizado, replicação ou disseminação desta mensagem ou parte dela é expressamente proibido, e passível de ações e indenizações judiciais cabíveis.



OFICIO Nº 105 2022 CLTI DTI IFSULDEMINAS positivo.pdf
63K



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

OFICIO Nº105/2022/CLTI/DTI/IFSULDEMINAS

27 de julho de 2022

Ao Senhor

Marco Antônio de Melo

Coordenador Geral

Coordenadoria Geral de Compras Públicas

IFSULDEMINAS

Av. Vicente Simões, 1111, Bairro Nova Pousa Alegre, Pousa Alegre - MG, CEP 37.53-465

Assunto: resposta ao questionamento número 17 da licitante POSITIVO quanto ao pregão 11/2022, em carta enviada em 26/07/22.

Senhor Coordenador,

Seguem respostas aos questionamentos formalizados pela licitante POSITIVO através de carta de 26/07/22:

Pedido de esclarecimento nº 17

Questionamento 01:

No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Chip de segurança padrão TPM (Trusted Platform Module), integrado a mesma, acompanhado de software para sua implementação e gerenciamento;”. Entendemos que deverá ser fornecido TPM 2.0 integrado a placa principal, sendo aceito TPM 2.0 discreto (chip soldado na motherboard) ou TPM 2.0 integrado ao chipset o qual é soldado na motherboard no caso de solução Intel PTT. Para o Windows, por exemplo, não há vantagem funcional ou desvantagem em qualquer das opções, pois do ponto de vista de segurança, tanto o discreto quanto o integrado compartilham as mesmas características. Desta forma, entendemos que será aceito TPM 2.0 integrado a placa-mãe, seja discreto ou integrado ao chipset (Intel PTT), já que os dois oferecem as mesmas funções e características para os sistemas operacionais. Está correto nosso entendimento?

Resposta:

Entendimento correto. Para todos os efeitos o chip de segurança padrão TPM 2.0 deve estar integrado à placa principal (motherboard), sendo em chip específico ou como parte do chipset

Questionamento 02:

No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.5 Placa Principal, solicita que: “Mínimo de 2 (duas) saídas de vídeo, sendo 01 (uma) padrão Displayport e 01 (uma) HDMI integradas a placa mãe.”. Para que não haja restrição na participação de licitantes no certame e para que haja maior competitividade e consequentemente maior economia a Administração Pública, solicitamos esclarecer:

a) Entendemos que será aceito equipamento com duas saídas de vídeo digitais, sendo uma HDMI e uma DVI, e uma terceira saída VGA. Está correto nosso entendimento?

b) Caso nosso entendimento não esteja correto, entendemos que será aceito equipamento com 2 (duas) saídas de vídeo HDMI sendo uma delas via adaptador de vídeo DVI para HDMI. Está correto nosso entendimento?

Resposta:

Tanto o entendimento a) quanto o b) estão incorretos. Além dos padrões HDMI e DISPLAYPORT serem padrões de mercado, o que não limita a concorrência, deve-se considerar que os monitores solicitados no pregão, itens 3 e 41, requerem portas DISPLAYPORT e VGA. Neste caso, a licitante deseja afastar a exigência de porta DISPLAYPORT do item questionado tornando-o incompatível com os citados monitores.

Questionamento 03:

No Anexo I – Termo de Referência, item 4.16.1 – Microcomputador Tipo Small Form Factor, subitem 4.16.1.12 Garantia e Suporte, solicita que: “Ferramenta de diagnóstico gratuito capaz de identificar problemas comuns de hardware (problemas com a CPU, memória, unidade de armazenamento, unidade óptica e placa gráfica) e software (identificar erros nos arquivos do sistema) sem a necessidade de entrar em contato com o suporte técnico; Página na internet com disponibilidade de atualizações e "hotfixes" de drivers, BIOS e firmware, manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções, configuração, operação e administração;”. Cada fabricante desenvolve ferramenta de diagnóstico para verificar e monitorar a saúde do hardware crítico para funcionamento dos equipamentos. Sendo assim alguns itens citados já estão sendo monitorados pelo BIOS ou correlacionados a outros componentes que são monitorados pela ferramenta de diagnóstico. Considerando que o próprio sistema operacional solicitado já possui nativamente testes/diagnósticos para esses itens e correções de problemas, para que um número maior de empresas possa participar deste certame e desta forma possa obter a proposta mais vantajosa de menor preço, entendemos que serão aceitos equipamentos que possuem sistema integrado de diagnóstico que permita verificar a saúde do sistema através do BIOS em modo gráfico, capaz de verificar os itens acima citados sendo que para o componente unidade óptica, por se tratar de um item não crítico para o funcionamento dos equipamentos, o mesmo pode ser considerado desejável, mas não obrigatório.

Nosso entendimento está correto? Caso contrário favor esclarecer.

Resposta:

Entendimento correto. Todavia, deverão ser comprovadas as funcionalidades de diagnóstico no sistema integrado de monitoramento de hardware e software através de documentação pertinente.

Questionamento 04:

Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer:

a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ativação) dos equipamentos. Entendemos que a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento?

b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, solicitamos esclarecer como se desenvolverão os trabalhos. Informar o prazo para instalação, o horário e os dias em que as instalações deverão ocorrer.

Resposta:

As instalações de equipamentos são de responsabilidade da contratante.

Questionamento 05:

Com intuito garantir o cumprimento do SLA e minimizar os custos para a CONTRATANTE, entendemos que o atendimento de reparo nos equipamentos no período da garantia será no mesmo local da entrega, ou seja, dentro dos limites das cidades descritas no arquivo 3.Anexo_01 do Anexo_I_TR. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto favor esclarecer.

Resposta:

Entendimento correto.

Questionamento 06:

Por questões de sigilo e segurança, alguns clientes optam pela retenção da unidade de armazenamento, na eventualidade de uma falha durante o período de garantia, quando o suporte técnico precisa trocar a unidade defeituosa. Como não encontramos no Edital e anexos, referências quanto a retenção, entendemos que a licitante não irá reter a unidade de armazenamento, nos casos de atendimento técnico durante o período de garantia. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário favor esclarecer.

Resposta:

Entendimento correto, a contratante reterá unidades de armazenamento.

Questionamento 9.3:

No Anexo I – Termo de Referência, item 7.4 – Das Sanções Administrativas, temos que: “0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias, observado antes os termos do nível de serviço. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença”. Considerando que a finalidade da penalidade nos contratos administrativos visa coibir o descumprimento por parte da Contratada das responsabilidades pactuadas e não o locupletamento dos cofres públicos, entendemos que devem ser adotados na aplicação das penalidades os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação.

Nesse sentido, entendemos que para os casos de haver multas, estas devem ser aplicadas no percentual de 0,4% (quatro décimos por cento) até 0,8% (oito décimos por cento) ao dia sobre o valor do equipamento em atraso e não sobre o adjudicado. Nosso entendimento está correto?

Resposta:

Entendimento correto, tendo em vista a natureza do processo de registro de preços que se traduz na expectativa de contratação podendo ser, inclusive, em quantidades parciais.

NOTA: quanto aos demais questionamentos, entendemos que cabe à CGCP respondê-los.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por:

- **Jaime Donizete Bonamichi**, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CLTI, em 27/07/2022 14:32:08.
- **Vera Carolina da Silva**, TEC DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO, em 27/07/2022 14:33:04.
- **Everton de Gusmao Rocha**, COORDENADOR - FG1 - IFSULDEMINAS - CSTI, em 27/07/2022 14:35:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 27/07/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 271029

Código de Autenticação: c74b8734bb



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais